



Cancelamentos e gramática midiática: afinidades eletivas?

Fernando de Figueiredo Balieiro¹

Resumo: Neste artigo, analiso cancelamentos como uma prática empreendida por segmentos de ativismos digitais visando silenciar críticos por meio de sua estigmatização e conversão em adversários. Baseiam-se em denúncias que objetivam atrair apoio coletivo a uma cruzada moral feita com o uso de redes sociais para humilhar publicamente e destruir a reputação de seu alvo. A partir de fontes articuladas da sociologia digital e de estudos sobre moralização da política, o texto identifica e explora as afinidades entre as cruzadas de cancelamento e a gramática midiática centrada na identidade. Concluo que tal prática política se tornou hegemônica no que Nancy Fraser denomina de “neoliberalismo progressista”.

Palavras-chave: Cancelamentos. Gramática midiática. Identidade. Neoliberalismo progressista

Cancelaciones y gramática mediática: ¿afinidades electivas?

Resumen: En este artículo, analizo las cancelaciones como una práctica emprendida por segmentos del activismo digital que buscan silenciar a los críticos a través de su estigmatización y conversión en opositores. Se basan en denuncias que pretenden atraer el apoyo colectivo a una cruzada moral llevada a cabo utilizando las redes sociales para humillar públicamente y destruir la reputación

¹ Universidade Federal de Catalão – Catalão – GO – Brasil – fernandofbalieiro@gmail.com – ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3952-4779>.

de su objetivo. Basado en fuentes articuladas de sociología digital y estudios sobre moralización política, el texto identifica y explora las afinidades entre las cruzadas de cancelación y la gramática mediática centrada en la identidad. Concluyo que dicha práctica política se ha vuelto hegemónica en lo que Nancy Fraser llama “neoliberalismo progresista”.

Palabras clave: Cancelaciones. Gramática de los medios. Identidad. Neoliberalismo progresista

Cancelation and media grammar: elective affinity?

Abstract: *In this paper, I analyze cancellations as a practice undertaken by segments of digital activism aiming to silence critics through their stigmatization and conversion into adversaries. It is based on accusations aimed at garnering collective support for a moral crusade carried out via social media to publicly humiliate and destroy the reputation of its target. Drawing on interconnected sources from digital sociology and studies on the moralization of politics, the text identifies and explores the affinities between cancellation crusades and identity-centered media grammar. It concludes that such political practice has become hegemonic within what Nancy Fraser terms “progressive neoliberalism.”*

Keywords: *Cancellations. Media grammar. Identity. Progressive neoliberalism.*

Introdução²

A discussão sobre cancelamentos nas universidades está na ordem do dia, como objeto de debate entre professores universitários, seja em corredores de salas de aula, em colunas da imprensa ou mesmo em discussões nas redes sociais. No entanto, debater cancelamentos tem sido injustamente associado a um posicionamento contrário a movimentos sociais progressistas ou a uma suposta atitude benéfica à extrema-direita, uma interpretação recorrente que funciona como censura ao debate. Interdição assentada em um enquadramento binário, como se a reflexão sobre formas de ação coletiva se resumisse

2 Este artigo é resultado da pesquisa 307959/2022-8 financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), na modalidade de bolsa Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2. O artigo é produto do desenvolvimento da apresentação na mesa de conferências “Cancelamentos e Saúde Mental” ocorrida na ocasião do evento comemorativo dos 20 anos do Quereres – Núcleo de Pesquisa em Diferenças, Direitos Humanos e Saúde. Agradeço ao rico diálogo com as Professoras Keila Deslandes e Iara Beleli e com o Professor Richard Miskolci.

a ser contra ou favorável a grupos subalternizados e suas demandas por direitos sociais. Nesses termos, não há espaço para ponderações ou crítica, apenas apoio ou repreensão.

Parto da refutação dessa interdição, propondo uma análise que explorará as afinidades eletivas entre uma gramática midiática centrada na identidade com o *modus operandi* dos cancelamentos. Buscarei fazer uma reflexão teórica com base em análises empíricas retomadas durante o artigo, bem como na observação de outros episódios que acompanhei durante minha atuação como professor universitário. A análise será baseada na bibliografia da Sociologia Digital e em estudos recentes sobre a moralização da política.

A recorrência dos cancelamentos está relacionada a uma gramática midiática centrada na identidade que se espalhou em ativismos digitais populares nas universidades. Gramática essa que se caracteriza por deslocar a agenda política de ampliação dos direitos sociais para estratégias de disputa por visibilidade midiática. Enquanto o ideal professado da vida política democrática se caracteriza pela busca de convergências e de soluções para problemas sociais, as lógicas midiáticas se baseiam em um denunciamento permanente que beneficia segmentos do ativismo e suas lideranças mais preocupadas em se manter relevantes no debate do que aperfeiçoá-lo, incorporando ou refutando críticas.

Este texto se inicia com a definição e apresentação das bases da gramática midiática centrada na identidade para, em seguida, caracterizá-la como moral, pautada em uma compreensão binária – e até potencialmente apolítica – das relações de poder. Em seguida, os cancelamentos são discutidos como cruzadas morais contemporâneas forjadas em uma nova ordem comunicacional. Nela, denúncias se transformam em estigmatização e perseguição coletiva a críticos, que, convertidos em adversários políticos, terminam tratados como ofensivos a princípios (morais) inquestionáveis. Os cancelamentos se incluem entre as estratégias de visibilizar persistentemente pautas sociais nas mídias digitais, mas isso ocorre de forma a simplificar tais pautas, reduzindo-as à personificação de desigualdades e opressões sociais.

As raízes dessa gramática midiática estão fincadas na economia da atenção, terreno fértil para um mercado digital das identidades que se funda no que Nancy Fraser denominou de “neoliberalismo progressista” e que, aqui, como pretendo mostrar, desloca projetos de transformação social em promessas de popularidade midiática. Por fim, esboço algumas considerações sobre aspectos culturais, comunicacionais e políticos que forjam as afinidades eletivas entre a gramática midiática identitária e as campanhas de cancelamento.

A gramática midiática centrada na identidade

O que chamo de gramática midiática centrada na identidade não é sinônimo da agenda política em prol do reconhecimento das diferenças ou da necessária defesa de direitos humanos. A noção de gramática diz respeito a normas implícitas a segmentos de ativismos contemporâneos. Ela se refere a um determinado enquadramento da realidade social, das relações de poder e das desigualdades sociais, portanto, está inscrita em formas de organização e ação política que se generalizaram com o uso das tecnologias de informação e comunicação.

Assim, não se trata de questionar a importância de movimentos sociais ou de causas coletivas de valor inquestionável de combate, por exemplo, ao sexismo, racismo, homo e transfobia e, de forma mais ampla, o combate às desigualdades sociais. Ao contrário, trata-se de propor uma análise de como a luta por essas causas foi subordinada a outras lógicas e interesses, nem sempre visíveis, e que envolvem a nova infraestrutura comunicacional sob hegemonia das plataformas de rede social.

A gramática midiática centrada na identidade pode parecer relacionada a uma interpretação do mundo social associada a perspectivas das diferenças, como as teorias *queer*, pós-colonial e decolonial. Entretanto, costuma derivar de uma leitura simplificada e equivocada delas, a qual distorce aspectos teóricos até recair no essencialismo. Enquanto abordagens *queer*, pós e decoloniais analisam relações de poder de forma histórica e sociológica, a chave identitária derivada da gramática midiática reduz as mesmas relações de poder a uma perspectiva moral em que opressão e desigualdade são interpretadas como uma disputa entre vítimas e algozes.

Dizer que a perspectiva identitária é presente em ativismos diversos não significa que ela seja dominante nos movimentos sociais. Os movimentos sociais historicamente têm atuado a partir de uma agenda de defesa e ampliação dos direitos sociais que foram e são essenciais à democracia brasileira (Carlos; Dowbor e Albuquerque, 2021; Gohn, 2024; Ramos, 2021). São segmentos do ativismo que sobrepõem a política identitária à agenda dos direitos. Tais segmentos buscam atrair apoios para identidades como única via para luta pela ampliação dos direitos sociais. Menos enraizados em organizações históricas do ativismo, são predominantemente baseados em agremiações juvenis de caráter sectário e que se forjam ou estendem suas ações para os meios digitais. Sua ampla adesão nas novas gerações está relacionada à sua penetração nos valores que forjam a cultura política na esfera pública técnico-midiatizada (Miskolci, 2021).

A noção de gramática midiática de base identitária sublinha a centralidade das novas sociabilidades digitais como sua origem. Alguns aspectos sociotécnicos foram importantes para sua consolidação. A nova economia da atenção depende da construção de um indivíduo unificado, reconhecível e monitorado. Machado e Miskolci (2019) expuseram como nossa agência política foi transformada pelas plataformas de redes sociais ao estabelecer o perfil-identidade como sujeito nas mobilizações que passam pelas plataformas on-line. As plataformas digitais vendem a promessa de que são espaços livres para o empreendedorismo individual, no qual todos podem – ou devem – competir para alcançar prestígio e sucesso em redes configuradas em afinidades, conformando nichos de consumo diversos. Plataformas interpelam os indivíduos a produzirem narrativas sobre o Eu (Adelman; Franco e Pires, 2015), o que se torna a base da gramática midiática, reconhecendo e promovendo a construção de um mercado de identidades para o empreendedorismo de si.

Ideias, valores e ideologias passam a funcionar como mercadorias, chamarizes para captar indivíduos com perfis semelhantes. Entretanto, para vendê-las, é preciso se destacar em um oceano de competidores, tornando-se relevante entre os milhões de anônimos das redes digitais. Captar a atenção de seguidores exige demarcar uma diferença, saber se destacar de forma eficaz para um nicho específico, criando uma identidade coerente e traduzindo suas ideias em comunicação que alcance audiência.

As plataformas on-line promovem um nivelamento no qual qualquer comunicação tem o mesmo valor. Novos emissores, como os que atuam como digital influencers, passam a traduzir ideias acadêmicas e científicas de forma simplificada, quando não equivocadas, sendo reconhecidos pelo que Van Dijck (2015) chamou de “princípio de popularidade”. Neste cenário, influenciadores de diversas áreas se apresentam como dotados de *expertise* validada apenas por sua relevância digital e não por credenciais ou realizações acadêmicas. Assim, até milhões de pessoas passam a considerá-los suposta autoridade sobre o tema em que se especializaram em termos mercadológicos e comunicacionais.

A gramática midiática é difundida por vários emissores nas mídias digitais e encontra ressonância em uma nova geração de estudantes cuja visão de mundo, frequentemente, se assenta mais nessas referências do que nos docentes, cursos e bibliografias universitárias. Aspecto mais explícito nas humanidades que, a diferença de outras áreas, parece encontrar dificuldade em impor limites às investidas de lógicas alheias ao fazer científico no ambiente acadêmico. Uma geração cada vez mais familiarizada com a lógica das plataformas digitais encontra

vídeos sugeridos ou encontrados nas plataformas de redes sociais como base de compreensão da vida social. Dessa forma, compreendem a expansão dos emissores como democratização das vozes, aprendendo a reconhecer mais a relevância midiática dos e das influenciadoras do que a expertise profissional de seus/suas professores e professoras.

A perspectiva identitária parte de uma relação estabelecida entre as noções de experiência, identidade e subalternidade. Há um reconhecido debate sobre as relações não evidentes entre experiência e identidade, sobre as mediações sociais, culturais e discursivas da experiência e a respeito dos riscos teóricos e políticos do essencialismo na compreensão das diferenças e desigualdades sociais (Scott, 1998; Butler, 2003; Brah, 2006). O enquadramento identitário desconsidera tal fortuna crítica, pois parte do pressuposto de que as experiências são autoevidentes e que as “subalternas” teriam “naturalmente” acesso a uma posição epistemológica privilegiada. Nessa acepção, cada um compreende o mundo e fala de um “lugar” localizável a partir da enunciação de uma posição ou identidade de gênero, raça, sexualidade ou classe, as quais são tomadas como um dado inquestionável, tornando a identidade essencializada.

A perspectiva identitária se coloca em contradição com as Ciências Sociais, segundo as quais a realidade social não é autoevidente para os agentes. Para autores tão diversos da tradição sociológica como Marx ou Bourdieu, a realidade é percebida pelos sujeitos apenas a partir de noções correntes, sendo apreendida apenas no nível da aparência. A compreensão científica da realidade depende de se superar sua apreensão fenomênica a partir do recurso ao método científico. Apenas a pesquisa metodologicamente guiada permite desvelar aspectos ocultos que subjazem à realidade e à sua compreensão parcial pela subjetividade.

Na gramática midiática que molda a política identitária atual não há necessidade de superar as visões apriorísticas do mundo social e refazê-lo por meio do trato científico dos dados ou reelaboração teórica da realidade. Os agentes seriam epistemologicamente habilitados a decifrar as mais complexas relações de poder a partir de sua experiência. A construção do conhecimento não dependeria mais da necessidade de se pensar para além da sua experiência cotidiana. Ao contrário, cabe a cada um falar sobre suas percepções, ancoradas em posições sociais e, inclusive, é dada a licença para que desqualifiquem cientistas sociais profissionais, os quais passam a ser vistos – ao mesmo tempo – como competidores e ameaça à forma midiaticizada e identitária de construir o conhecimento (Miskolci, neste dossiê).

Nessa linha, a autoridade do conhecimento advém da experiência direta. Como corolário deste princípio, autores clássicos passam a ser desqualificados

por buscarem compreender realidades que supostamente não coincidiam com sua identidade ou posição social. Bibliografias passam a ser questionadas pela suposição de que a origem geográfica do autor (sobretudo, os de origem europeia, relacionados à origem e à institucionalização da Sociologia) invalida o conhecimento produzido por ele. No limite, o cânone não deve ser alargado, mas substituído, e autores que fundamentaram as bases epistemológicas das Ciências Sociais devem ser ignorados ou descartados. Seu reconhecimento, se possível, transferido para aqueles que – lidos de forma intencionalmente interessada – serão colocados em seu lugar.

Lógica semelhante é observada na discussão sobre a esfera pública. Perspectivas críticas (Fraser, 1990) denunciaram a ausência de um espaço de participação igualitário na esfera pública e a necessidade de pluralizá-la. A gramática midiática fincada em identidades, entretanto, não se baseia na defesa de uma disputa argumentativa inclusiva, plural e, muito menos, democrática. O princípio da autoridade baseada na experiência faz com que as ideias sejam valorizadas de acordo com a identidade presumida dos interlocutores. Pessoas costumam ser desqualificadas ao adentrarem em tópicos não identificados como próprios de sua identidade, assim como presumido na lógica ativista. A autoridade para debater sobre determinados temas está associada à vivência em primeira pessoa do sexismo, do racismo ou da LGB-Tfobia, por exemplo.

Nessa perspectiva, aqueles que têm certa identidade e, assim, ocupam uma posição subalterna, por presumidamente passarem por certas experiências de preconceito ou discriminação, são os que podem definir os termos do debate. Os demais podem até participar, desde que jamais questionem os termos postos em uma gramática na qual o “lugar de fala” é o principal qualificador, e não a formação, expertise ou o reconhecimento profissional pelos pares. A experiência vivenciada se torna o critério de validade de um argumento. Argumentos com lógica, plausibilidade e baseados em evidências empíricas são recorrentemente contestados quando não ancorados em uma experiência ou identidade.

A prática do cancelamento e sua lógica moral

A gramática midiática centrada na identidade tem como uma de suas formas de validação coletiva mais poderosas o fato de se assentar em uma concepção moral das relações sociais. Sua prática é prescritiva, daí o fato de que, quando alguém se recusa a segui-la, torna-se alvo de sanções, recaindo em recorrentes

perseguições a seus críticos. Quando divergências políticas ou teóricas se manifestam, mesmo que na academia, logo emergem também episódios de cancelamento em plataformas de redes sociais, e que, não raro, alcançam, igualmente, a grande imprensa.

Não faltam casos a evocar, desde um professor homem que fala em sala de aula sobre a história do feminismo, uma professora branca que relata sua experiência “racializada” em contexto europeu, um pesquisador que questiona conceitos utilizados por grupos ativistas acadêmicos, uma pesquisadora branca que critica uma celebridade negra. Todos são alvos potenciais de repreensão e até perseguição coletiva. São casos conhecidos, dentre muitos outros que desobedeceram ao princípio da autoridade do local de fala, tornando-se alvos de cancelamento.

Keila Deslandes (2024) aborda um caso de perseguições motivadas por atitudes ou falas tidas como inadequadas ao serem consideradas ofensivas a determinado grupo. As perseguições foram baseadas no julgamento de um comportamento fora de seu contexto e sem mesmo levar em conta a intenção dos/as acusados/as. Richard Miskolci (neste dossiê) analisa sua própria experiência, em que se tornou alvo por discordância analítica em relação a temas ou posições de coletivos que se arvoram os legítimos guardiões de certas causas sociais. Condena-se, assim, uma abordagem analítica, descartando o recurso à crítica acadêmica. São exemplos de que, nessas situações, não há espaço para diálogo ou discussão teórica, a verdade já está do lado dos acusadores. Resta cobrar uma retratação ou punição daqueles que questionam a gramática midiática calcada na identidade.

Em uma lógica repetitiva, os cancelamentos alternam os seus alvos enquanto os denunciadores se apresentam como defensores insuspeitos de uma causa coletiva. Assim, uma perseguição é dirigida a supostos ofensores do grupo social. Os segmentos que organizam o cancelamento pressupõem que, dada a ofensa presumida, o indivíduo deve pagar por meio de sua exposição ao vexame público. A punição midiática aparece como um meio legítimo de justiça, sem preservar nenhuma condição de defesa daquele que se tornou alvo de execração pública. A demanda de “justiça”, no fundo, é de justicamento. A vingança é aceita como justa “reparação”. Fato que evidencia como esse *modus operandi* é avesso a procedimentos de justiça próprios da democracia. Faz emergir também a dúvida se podemos, de fato, situar os que assim agem no chamado “campo progressista”.

Sanções morais que tomam dimensão coletiva e midiática tornam-se punição na forma de cancelamento. O que faz com que um segmento consiga apoio massivo para o castigo coletivo? O enquadramento identitário favorece a adesão

e o apoio ao cancelamento, posto que ele se forja em moldes binários: ou se é a favor de uma determinada causa e apoia o cancelamento como prova ou se é a favor do cancelado e, portanto, inimigo da causa. Em um cenário midiático afeito à espetacularização, vigora uma chave moral simplificadora que impõe posicionar-se apenas como vítima ou algoz.

Os apoiadores de um cancelamento são atraídos para vingar uma suposta vítima. Assim, ele se assemelha ao linchamento, fenômeno social espreado na sociedade brasileira, que se caracteriza por sobrepor o justicamento popular à justiça. Enquanto o linchamento ritualiza uma violência corporal e, no limite, o assassinato (Martins, 2015), o cancelamento visa à eliminação simbólica, mirando a reputação do acusado. Primeiro passo, seja dito, para que a pessoa cancelada se torne passível de outras ações mais concretas. Não são poucos os casos (Deslandes, 2024; Beleli, 2024; Miskolci, neste dossiê) que abriram processos de investigação e administrativos com consequências também materiais para os injustamente acusados e perseguidos. O cancelamento, portanto, constrói bases morais para procedimentos questionáveis que podem causar danos irreparáveis às suas reais vítimas.

O cancelamento como cruzada moral

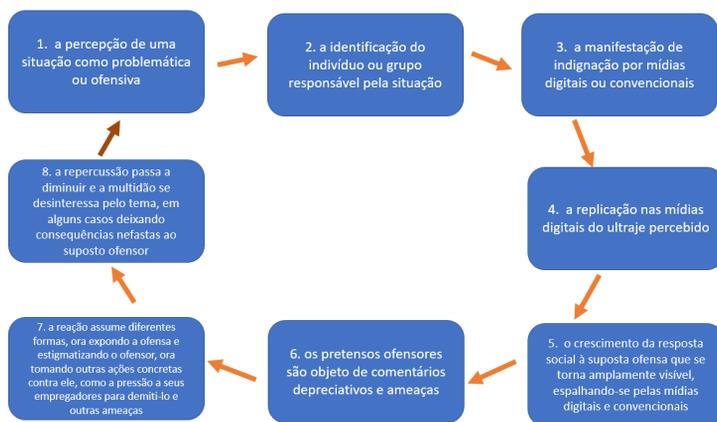
São muitas as referências que se tornaram comuns, especialmente no mundo anglófono, para designar o que passou a se chamar de “cancelamento”. *Cancel culture*, *public shaming* ou *call-out culture* são categorias êmicas que se referem a um amplo repertório associado a ativismos digitais: uma reação a comportamentos considerados inadequados de celebridades com vistas a “desmonetizá-las”³. São, portanto, práticas econômicas descendentes do boicote a determinada pessoa ou marca visando atingir suas reputações. Algo adaptado ao universo digital e midiático corrente em que os alvos passam a ser políticos

As preocupações podem mudar de um ano a outro ou de contexto nacional a outro, o que também revela uma afinidade entre o cancelamento e o imperativo de mobilização constante, o que exige que uma pauta e campanha dê lugar à outra quando diminui a atenção e apoio a ela. Cancelamento, portanto, é uma denominação que pode ser associada a fenômenos diversos, ainda que sempre relacionados à economia da atenção da era digital. Aqui, a noção de cancelamento se refere a ações coletivas que se definem na intersecção entre a

3 Desmonetização é a prática digital de reduzir os ganhos monetários de usuários de plataformas digitais.

reivindicação de justiça social e uma intenção punitiva que passa ao largo das instituições judiciais e seus processos, recusados como inoperantes e parciais.

Xavier, Tavares e Chaves (2023) definem como “cruzadas de cancelamento” as manifestações coletivas de estigmatização e punição pública. A partir da análise de um conjunto de cancelamentos, os autores apreendem um roteiro comum às cruzadas de cancelamento: 1. a percepção de uma situação como problemática ou ofensiva; 2. a identificação do indivíduo ou grupo responsável pela situação; 3. a manifestação de indignação por mídias digitais ou convencionais; 4. a replicação nas mídias digitais do ultraje percebido; 5. o crescimento da resposta social à suposta ofensa que se torna amplamente visível, espalhando-se pelas mídias digitais e convencionais; 6. os pretensos ofensores são objeto de comentários depreciativos e ameaças; 7. a reação assume diferentes formas, ora expondo a ofensa e estigmatizando o ofensor, ora tomando outras ações concretas contra ele, como a pressão a seus empregadores para demiti-lo e outras ameaças; 8. a repercussão passa a diminuir e a multidão se desinteressa pelo tema, sendo que, em alguns casos, deixam consequências nefastas ao suposto ofensor. Busco sintetizar esse roteiro identificado pelos autores na Figura 1:



Fonte: Elaborada pelo autor.

A partir de Howard Becker (2008), é possível definir “cruzadas morais” como processos sociais de imposição de uma norma social por meio da reação coletiva contra comportamentos considerados desviantes. Para o sociólogo norte-americano, longe de um empreendimento espontâneo, as cruzadas dependem da ação de atores sociais que são capazes de rotular outrem, comprometidos com uma ética absoluta apresentada como em defesa da sociedade. Os “cruzados morais” justificam suas ações com a suposta defesa de um bem comum

e interesse humanitário, a partir de uma lógica missionária (Xavier; Tavares e Chaves, 2023).

A caracterização do cancelamento como uma cruzada pode causar estranhamento, já que a noção – na teoria social – se refere originalmente à ação de setores conservadores voltados ao controle social de segmentos desviantes. Sua utilização, entretanto, pode ser considerada adequada ao observarmos mudanças na organização da moralidade nas sociedades contemporâneas.

A ofensa moral, até o último terço do século XX, encontrava uma resposta estruturada a partir de um conjunto de princípios e julgamentos que estabeleciam sistemas morais prescritivos com pretensão universalizante. As sociedades de alta modernidade – com a flexibilização da tradição – se organizam cada vez mais a partir de conjuntos de valores morais conflitantes, reconfigurando-se em torno de comunidades morais. Como resultado de avanços sociais e políticos importantes, a sociedade também passou por um processo de crescente sensibilidade ética em relação a preconceitos e discriminações. Neste aspecto, a rotulagem de alguém como preconceituoso em termos raciais, de gênero ou sexualidade, por exemplo, equivale a uma avaliação de desvio social dos tempos atuais. Como vimos, entretanto, nesses casos a rotulagem nem sempre é reativa a uma prática real de discriminação. Ela pode ter como origem posições conflitantes com certos segmentos ativistas que passam a rotular seus alvos em cruzadas digitais instrumentalizadas a seu favor.

A especificidade das “cruzadas de cancelamento” é sua contextualização em uma nova ordem comunicacional que reconfigura os termos do debate público. A capacidade de propagação imediata e massiva de mensagens da autocomunicação de massas (Castells, 2015) permite uma reação coletiva a um ofensor moral, sua possível execração pública e punição, sem espaço para defesa. Johnen, Jungblut e Ziegele (2017) usam a metáfora de uma “tempestade de fogo” digital para as formas hodiernas de comunicação pública nas plataformas digitais marcadas por intensa indignação coletiva. “Tempestades de fogo” podem se voltar a marcas, instituições, celebridades, políticos ou indivíduos a partir de uma percepção de má conduta moral.

Os autores sugerem que não se trata de pura novidade da era digital, já que se assemelham a dinâmicas presentes nos pânicos morais. Segundo Goode e Ben-Yehuda (2003), pânicos morais são reações coletivas que se caracterizam por cinco indicadores: 1. surgem da preocupação generalizada em torno de um problema identificado; 2. geram hostilidade em relação aos acusados; 3. são desproporcionais em suas avaliações da ameaça representada pelo problema identificado; 4. dependem da criação de um consenso a respeito do

problema e; 5. são voláteis, marcados por intensa reação e rápida desmobilização em torno dele.

Johnen, Jungblut e Ziegele (2017) compreendem que as reações de indignação coletiva nas redes digitais são uma forma específica e contemporânea de pânico moral, associadas ao novo contexto digital. Suas diferenças são que elas se formam mais facilmente dada a possibilidade de propagação de mensagens para uma ampla audiência e de encontrar pessoas com pensamento semelhante que possam aderir à reação. Também destacam que a velocidade da manifestação é ainda maior, e amplia sua volatilidade. E, por fim, apresentam características mais acentuadas de indignação e desinibição dos participantes, já que estes podem não perceber tão claramente as implicações de sua hostilidade aos acusados.

Os autores consideram que a participação nesses episódios pode ser movida por uma “bússola moral”, ou seja, pela percepção do clima de opinião em uma comunidade. Também pelo desejo de reconhecimento social, por sua vez, expresso na aprovação midiática contabilizada no número de “curtidas”, aumento de “seguidores” e outros indicadores fornecidos pelas plataformas digitais. Em outros termos, o reforço de valores grupais ou interesse de reconhecimento pessoal estão envolvidos na participação destes episódios.

Neste tópico, destaquei dois artigos de autores de nacionalidades diversas pela proximidade analítica na abordagem dos cancelamentos. Ao observarem casos empíricos distintos, consideram ora cruzada ora pânico moral como conceitos úteis na abordagem do fenômeno. Ainda que sejam conceitos distintos, estão afinados em uma perspectiva que concebe a proeminência da mobilização de atores sociais que dirigem reações coletivas de indignação frente a situações percebidas como transgressão moral. Ambos os artigos procuram dar conta de como tais reações coletivas, ainda que não sejam pura novidade, refletem mudanças comunicacionais. Têm em comum a ancoragem no contexto atual, em que as mídias digitais ganharam centralidade na vida social.

Narcisismo político

Para aprofundar a análise, faz-se necessário refletir sobre as condições infra-estruturais que criam as condições para as formas de ação coletiva recorrentes em nosso tecido social. Em outro artigo, com Samira Marzochi (2021), abordamos as “muralhas de espelho” exacerbadas pela arquitetura das plataformas digitais. Considero que elas forjam as condições sociotécnicas para as “cruzadas de cancelamento”.

As “muralhas de espelho” são resultado de uma nova configuração midiática que se caracteriza pela distribuição altamente segmentada de conteúdo nas plataformas digitais. O acesso à informação se dá a partir de escolhas individuais dos usuários que criam redes informacionais paralelas que nivelam conteúdo jornalístico profissional ou conteúdo amador. As escolhas individuais são reforçadas por aquilo que Eli Pariser (2012) denominou de “filtro bolha”, mecanismo automatizado por algoritmos que seleciona e dirige conteúdo midiático de forma personalizada, a partir de características prévias captadas pelo processamento de dados dos usuários. Um dos efeitos é a formação de enclaves ideológicos que inibem o diálogo com visões diversas de mundo e reforçam as opiniões prévias dos usuários, quando não as radicalizam. As chamadas “bolhas de opinião” consolidam laços grupais, incentivando a vigilância moral dentro dos grupos e a atuação coletiva em sua defesa.

A base do sistema de plataformas digitais toma como mercadoria os diversos usos de nossa subjetividade que são registrados em dados e processados para fins econômicos. Ao impulsionar a conectividade permanente e a interação simultânea para a obtenção de dados digitais massivos, a arquitetura da plataforma incentiva a instantaneidade, a precedência do afetivo sobre o reflexivo e a profusão de categorizações moralistas e simplificadoras características do debate público atual.

As interações via plataformas digitais criam uma predisposição para o que denominamos de “narcisismo político” (Marzochi e Balieiro, 2021). O narcisismo é uma forma de subjetivação humana – tal como abordada pela psicanálise – que ganha solo fértil com as recentes transformações sociais, econômicas e comunicacionais. Uma de suas consequências é a demarcação de fronteiras identitárias concebidas como intransponíveis. A capacidade de descentramento por meio da abertura dialógica se torna enfraquecida, na medida em que participar das contendas políticas digitais não raro se faz pela repulsa imediata ao “outro”, concebido pela projeção de tudo aquilo que se recusa em si mesmo, ao passo em que se afirma uma imagem idealizada de si.

Richard Miskolci (2021) denomina de esfera pública técnico-mediatizada o novo contexto comunicacional consolidado com a centralidade das plataformas digitais comerciais. Uma de suas características centrais é subordinar a participação política a uma lógica calcada na busca de visibilidade e de reconhecimento midiáticos. O sociólogo argumenta que a esfera pública técnico-mediatizada permite a projeção de muitos emissores, em geral amadores, que passam a competir com especialistas, criando tensões ampliadas entre influenciadores ou ativas digitais e professores/as ou pesquisadores/as.

A nova infraestrutura midiática estabelece uma condição na qual influenciadores políticos passam a se apresentar como os legítimos detentores do conhecimento de certos temas. Como corolário, incentiva-se, nessa esfera pública, o ataque aos mediadores sociais que tinham proeminência na produção do conhecimento especializado e no debate público: jornalistas profissionais, cientistas e políticos.

Segundo Van Dijck (2015), o ecossistema de plataformas consolidado na segunda década do século XXI se caracteriza pelo “imperativo de popularidade”. Trata-se de um mecanismo no qual a distribuição de conteúdo não se realiza por meio de um filtro editorial baseado pela qualidade informacional, mas exclusivamente pelo impulsionamento de conteúdo capaz de reter a atenção de usuários-consumidores. As plataformas projetam, dão relevância e atribuem autoridade simbólica a atores que conseguem se destacar para audiências segmentadas, incentivando a disputa pela opinião pública entre amadores que detenham expertise técnica e comunicacional, eclipsando profissionais.

Em termos de debate público, isso representa um incentivo à comunicação por meio da interpelação emocional e o recurso à desinformação como forma e ataque a adversários. No debate forjado em plataformas digitais, o que é apresentado como disputa política e ideológica se inscreve em disputa no mercado de atenção. Em busca de atenção, influenciadores e ativistas digitais se alimentam de “tretas” e polêmicas amplificadas, artifícios que garantem sua relevância ao público das redes. Neste contexto, os cancelamentos se tornaram parte do repertório político atual. A criação de alvos temporários para ataques coletivos é uma forma de segmentos do ativismo afeitos à lógica denunciata manterem visibilidade midiática.

A partir do exposto até aqui, percebe-se que cancelamentos são a evidência de que estamos diante de novas feições de um tópico sociologicamente bem conhecido: a produção de bodes expiatórios. Estudados em outros contextos, nas suas manifestações em cruzadas e pânicos morais, os ataques a bodes expiatórios sacrificam indivíduos para fortalecer laços internos e a coesão moral de seu grupo, além de projetarem certas lideranças. A coesão interna entre pessoas cuja causa compartilhada também é disputada – já que envolve definir quem melhor representa uma identidade – só pode ser alcançada projetando a competição contra alguém fora do grupo. Procedimento que costuma ser liderado, garantindo apoio momentâneo do grupo.

É interessante, em termos analíticos, comparar tal gramática midiática com a equivalente no campo da direita e extrema-direita. Em outro artigo (Balieiro, 2022), analisei a atuação do Movimento Brasil Livre (MBL) em uma campanha

contra a Mostra *QueerMuseu*, em Porto Alegre. A campanha resultou em perseguições a artistas e ao seu curador, bem como na difusão de uma interpretação que associa a esquerda a uma agenda de “perversão moral” às crianças. A construção de um pânico moral permitiu a projeção do MBL não apenas nas mídias digitais, mas também na cobertura jornalística e em programas de debates televisivos. O grupo político usou oportunamente sua campanha para se apresentar como defensor da moralidade em contraposição aos alegados corruptores das crianças. Enquanto isso, a exposição foi encerrada precocemente e seu curador e artistas acusados e perseguidos.

A comunicação do MBL conclamou a audiência à indignação a partir da denúncia de uma presumida transgressão moral e da construção de bodes expiatórios. Assim, podemos também caracterizá-la como uma “cruzada de cancelamento”. A cruzada da extrema-direita reivindicava defender a nação em oposição a pretensos corruptores da moral. Ela participa de um enquadramento de “moralização da política” (Miskolci e Balieiro, 2023) usado como plataforma eleitoral para produzir medo em relação a opositores políticos qualificados como corruptores não apenas da nação, mas das famílias e das crianças. Enquadramento que se baseia em uma suposta defesa do povo contra seus inimigos. Seus líderes reivindicam o papel de moralizadores da nação, supostamente representando o “povo” contra uma “elite cultural de esquerda”. Utilizam-se, portanto, do referente nacional – “os patriotas” – como forma agregadora e mobilizadora contra seus adversários políticos.

Nas cruzadas dos ativismos digitais identificados como parte do campo progressista, campanhas contra políticos de extrema-direita não têm o mesmo efeito como plataforma eleitoral e podem, inclusive, ajudar seus adversários. Ao serem tachados de racistas ou homofóbicos, eles não perdem a credibilidade para seu eleitorado. Ao contrário, costumam alegar que se tratam de acusações infundadas do que chamam de “ditadura do politicamente correto”. Tais cruzadas, por conseguinte, têm um efeito localizado dentro apenas de sua comunidade moral, o campo progressista, articulado em torno dos valores dos direitos humanos, da defesa da igualdade social e do respeito às diferenças. Em suma, enquanto as cruzadas morais são usadas pela extrema-direita em busca de maior apoio eleitoral, as do campo progressista se dirigem aos que reconhecem como ameaça de sua desejada hegemonia na esquerda.

A partir do exposto, compreende-se por que os alvos dos acusadores da gramática midiática identitária costumam ser defensores ou potenciais aliados de suas causas, interessados em debatê-las. Dentre os quais, professores/as e pesquisadores/as cujo trabalho está ancorado historicamente na autonomia relativa

estabelecida entre a academia e a política, garantindo um espaço reflexivo em que se permite evidenciar as fragilidades teórico-conceituais e apontar limites à chave identitária. A discussão aberta e problematizadora, proposta em termos acadêmicos, abre o flanco para sua rotulagem como ofensa. A tensão entre ativistas e professores/as é potencializada em um contexto no qual as próprias mídias criam certa horizontalidade para participar no debate público igualando discursos vindos de registros diferentes, como o do ativismo e o da academia. A horizontalidade que iguala opinião à especialidade garante oportunidades a amadores ou iniciantes de competirem com profissionais estabelecidos por meio do mercado de atenção.

A busca por relevância digital, entretanto, não se realiza a partir dos critérios científicos ou os protocolos que regem o debate acadêmico, como o respeito à divergência, a coerência argumentativa e a demonstração de evidências. No mercado da atenção da esfera pública técnico-midiatizada, a disputa se dá a partir de denúncias, em uma lógica midiática recentemente expandida para plataformas digitais. As denúncias, quando se propagam, materializam a rotulagem do adversário automaticamente convertido em ofensor e tornado alvo de perseguição coletiva.

Ao se aproveitar do contexto digital que incentiva ataques e ofensas, costuma-se reduzir os alvos de perseguição a identidades, seja as consideradas opressoras, como “homem branco”, “cis” ou “mulher cis”, ou estigmatizadas, como no recurso etarista e, por vezes, misógino ao chamar o alvo de “velho” ou “velha”. Tais denúncias revelam a reificação identitária como parte constitutiva da lógica de tais cruzadas que, a despeito de se venderem como morais – ou seja – acima de interesses, são disparadas em busca de benefícios a quem as lidera, mesmo que seja apenas o de momentaneamente exercer violência política (consentida por sua comunidade moral) contra quem é contextualmente alçado a inimigo comum.

Como uma forma de atuação externa às lógicas acadêmicas, os cancelamentos se impõem por meio da censura e do silenciamento no âmbito universitário. Seu espraio nas universidades é crítico por, ao menos, duas razões: a primeira é porque abala e ameaça as bases institucionais, graças às quais se espera que, na universidade, predominem formas de ação amparadas pelo diálogo e avessas à hostilidade e à perseguição a indivíduos por suas ideias ou manifestações e, segundo, busca impedir que nelas se produza um saber crítico no qual racismo, misoginia, homofobia e transfobia, dentre outras formas de discriminação, sejam abordados em uma perspectiva sociológica e histórica, recusando

o uso de tais pautas em sentido utilitário para favorecer segmentos interessados em autopromoção.

Considerações finais

Nas últimas décadas, assistimos à consolidação de uma agenda de afirmação das identidades, incorporada por estruturas corporativas e seus discursos nas mídias e na publicidade. A agenda da diversidade se estabeleceu e permitiu certa transformação social e cultural, incluindo novos atores a partir da legítima demanda de representatividade. Entretanto, ela deixou intocada a estrutura de desigualdade de classes, resultado do que a teórica crítica Nancy Fraser (2018) denominou de “neoliberalismo progressista”.

Na chave do neoliberalismo progressista não se trata de pensar nas conexões históricas entre eixos que organizam as relações sociais: como a estrutura de classes, o racismo e o sexismo. Não se trata, tampouco, de buscar abolir ou mitigar as desigualdades sociais, mas diversificá-la. Para isso, as diversas corporações abrem espaço para alguns indivíduos de grupos subalternizados em uma política simbólica baseada na noção de diversidade. Nas palavras de Fraser (2023: 63), trata-se da “redefinição da emancipação nos termos do mercado”.

Um dos seus efeitos visíveis pode ser visto na popularidade da noção de empoderamento e seus deslocamentos semânticos. Uma noção forjada nas lutas sociais e associada ao fortalecimento das bases coletivas de grupos subalternizados se transformou em uma demanda individualizante e despolitizada de acesso ao consumo e à conquista de uma posição individual de destaque (Hamlin e Peters, 2018).

Na era da hiperconectividade, há uma ampliação de emissores midiáticos que disputam segmentos de audiência afinados por interesses comuns. Esses interesses são identificados por sistemas automatizados que filtram e distribuem os conteúdos midiáticos para cada nicho social identificado. No novo contexto, cada indivíduo pode se ver representado a partir de uma identidade cujo reconhecimento é incentivado pelas plataformas digitais interessadas em dividir seus consumidores a partir das diferenças que se tornam nichos de consumo.

O mercado de identidades foi a base para a emergência e a imposição da gramática midiática aqui analisada. Neste artigo, busquei expor as confluências entre a tal gramática e os cancelamentos, explorando suas afinidades eletivas. As cruzadas de cancelamento ganharam centralidade no mundo atual dada a emergência de características culturais, comunicacionais e econômicas que incentivam o florescimento de ativismos digitais. A análise apresentada expõe

que a gramática que os move se caracteriza por criar censura e perseguição a divergentes nas universidades. Também por deslocar os objetivos de movimentos sociais: da ampliação de direitos sociais para a disputa por relevância digital. O que, no limite, impulsiona certas lideranças a apostarem no conflito permanente como estratégia de visibilidade.

Em termos comunicacionais, as redes forjadas nas plataformas digitais ditam a busca pela visibilidade midiática em que, para emergir em um vasto ecossistema, é preciso competir e a afirmação identitária é, assim, incentivada. De outro lado, as “tretas”, escândalos e, por consequência, as cruzadas de cancelamento se tornaram um meio de projeção midiática para além das bolhas de audiência restrita.

Em termos culturais, forma-se um código que valoriza o empreendedorismo de si a partir da identificação identitária e uma visão binária de mundo em que tudo se reduz a uma oposição entre opressores e oprimidos. Nesses casos, a punição coletiva a um indivíduo é justificada por grupos que se apresentam como progressistas que, em outras ocasiões, se declaram críticos ao punitivismo. Em termos econômicos, o empreendedorismo de si das mídias digitais confere visibilidade e reputação àqueles que se destacam no mercado de atenção, conferindo retornos econômicos em publicidade, oportunidades de emprego, em cargos governamentais, midiáticos ou partidários.

Nesse contexto, uma visão que questione o essencialismo identitário perde terreno e as políticas de coalizão e alianças que garantem a luta por direitos sociais são substituídas por estratégias empreendedoras de competitividade midiática, sobrando a gramática identitária em seu potencial mais desagregador.

A contribuição do campo das diferenças é fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária, mas não sua versão simplificada e midiática materializada em um ativismo que usa as tecnologias de informação e comunicação para disputar a opinião pública em lógicas autoritárias e contraproducentes como estratégia político-eleitoral ou, mesmo, de movimentos sociais. Recair na desagregadora, conflitiva e contraproducente gramática midiática de disputa de atenção por meio da mobilização contínua em campanhas sucessivas que materializam cruzadas morais de cancelamento só nos leva a produzir mais injustiças.

Referências

ADELMAN, Miriam; FRANCO, César Bueno; PIRES, Andressa Fontana. Ruralidades atravessadas: jovens do meio campeiro e narrativas sobre o Eu e o(s) Outro(s) nas

- redes sociais. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 44, 2015, pp. 141-170.
- BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Uma sociologia do escândalo da Mostra Queermuseu: disputas de enquadramento midiático entre o jornalismo profissional e o Movimento Brasil Livre. *Revista Sociedade e Estado*, v. 37, n. 2, 2022.
- BECKER, Howard S. *Outsiders. Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BELELI, Iara. Pisando em ovos. In: Cancelamentos e Saúde Mental. 22 de agosto de 2024, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo – SP. Disponível em: <https://youtu.be/DQo1hStcNZE?si=F5OrcwxfUf-cCUwp>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, n. 26, 2006, pp. 329-376.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika e ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Efeitos de movimentos sociais no ciclo de políticas públicas. *Caderno CRH*, v. 34, 2021, p. 1-23.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da comunicação*. São Paulo/Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2015.
- DESLANDES, Keila. Crônica de um cancelamento anunciado. In: Cancelamentos e Saúde Mental. 22 de agosto de 2024, Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), São Paulo – SP. Disponível em: <https://youtu.be/DQo1hStcNZE?si=F5OrcwxfUf-cCUwp>. Acesso em: 11 mar. 2025.
- FRASER, Nancy. Crise do cuidado? Sobre contradições socio-reprodutivas do capitalismo contemporâneo. In: BHATTACHARYA, Tithi. (Orgs.). *Teoria da Reprodução Social: remapeamento de classe, recentralização da opressão*. São Paulo, Elefante, 2023.
- FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Revista Política & Sociedade*, v. 17, n. 40, 2018, pp. 43-64.
- FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n. 25/26, 1990, pp. 56-80.
- GOHN, Maria da Glória. O Movimento dos Povos Originários Indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 12, 2024.
- GOODE, Erich e BEN-YEHUDA, Nachman. *Moral Panics – The Social Construction of Deviance*. Malden, Blackwell Publishing, 2003.
- MACHADO, Jorge e MISKOLCI, Richard. Das Jornadas de Junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira. *Sociologia e Antropologia*, v. 9, 2019, pp. 945-970.

- MARTINS, José de Souza. *Linchamentos: a justiça popular no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2015.
- MARZOCHI, Samira Feldman e BALIEIRO, Fernando De Figueiredo. Muralha De Espelhos: O Narcisismo Político nas Plataformas digitais. *Revista Brasileira de Sociologia – RBS*, v. 9, n. 23, 2021, pp. 121-148.
- HAMLIN, Cynthia e PETERS, Gabriel. Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 103, 2018, pp. 167-202.
- JOHNEN, Marius; JUNGBLUT, Marc e ZIEGELE, Marc. The digital outcry: what incites participation behavior in an online firestorm? *New Media & Society*, v. 20, n. 9, 2017, pp. 3140-3160.
- MISKOLCI, Richard. Anatomia de um cancelamento: disputas político midiáticas sobre a relação entre ciência e sociedade. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-22, e151390, 2025. disponível em: Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1390>.
- MISKOLCI, Richard. *Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-midiatizada*. Belo Horizonte, Autêntica, 2021.
- MISKOLCI, Richard e BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. The Moralization of Politics in Brazil. *International Sociology*, v. 38, 2023, pp. 481-2496.
- PARISER, Eli. *O Filtro Invisível: o que a internet está escondendo de você*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.
- RAMOS, Paulo Cesar. Gramática negra contra a violência de Estado: da discriminação racial ao genocídio negro (1978-2018). Tese de doutorado, Sociologia, Universidade de São Paulo, 2021.
- SCOTT, Joan. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, São Paulo, 1998, pp. 297-325.
- VAN DIJCK, José. *La Cultura de la Conectividad: una historia crítica de las redes sociales*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2016.
- XAVIER, José Roberto Franco; TAVARES, Inês Ferreira Dias e CHAVES, Sabrina Ribeiro. Cancelling crusades as a strategy of societal reaction. *Revista Direito e Práxis*, v. 14, n. 2, 2023.

Data de recebimento: 01/12/2024

Data de aceite: 13/01/2025

Como citar este artigo:

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. Cancelamentos e gramática midiática: afinidades eletivas?. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-20, e151391, 2025. Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1391>